

CHERNOBYL – HIROSHIMA NUNCA MAIS 2006

Em debate sobre energia nuclear promovido em Angra dos Reis, cidade que abriga as usinas nucleares Angra 1 e 2 e que pode vir a sediar também a usina Angra 3, Dioclésio Luz, assessor do deputado federal Edson Duarte (PV, Bahia), apresentou alguns dos principais pontos do relatório sobre Fiscalização e Segurança Nuclear, elaborado pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, concluído no primeiro semestre deste ano. O debate foi promovido pela ONG Sapê e apoiado pela Fundação Heinrich Böll.

Segundo Dioclésio, um dos pontos mais críticos do relatório é a constatação de que o órgão regulador e fiscalizador do país, a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), não obedece às convenções internacionais de energia nuclear. Algumas das descobertas que levaram a essa constatação são de que não há separação da atividade de fiscalização das de produção, fomento e pesquisa. Tudo é feito pela mesma CNEN. Além disso, a CNEN também realiza mineração e enriquecimento de urânio, matéria-prima da produção de energia nuclear. Essa multiplicidade de papéis não só vai contra todas as normas internacionais de segurança e fiscalização, como significa, no mínimo, um conflito ético e de interesses.

De acordo com os resultados do relatório, outro ponto crítico da atividade nuclear no Brasil é que não existem fiscais com poder de fato para fazer auditoria no setor. Os fiscais que atuam junto às usinas nucleares e outras fontes de energia nuclear no Brasil, não recebem nenhum tipo de treinamento específico. E, no fundo, não têm poder real de fiscalização uma vez que trabalham tanto para a entidade fiscalizadora quanto para a produtora.

Outro ponto preocupante é o que diz respeito ao lixo nuclear, tratado de forma provisória e improvisada no Brasil. O relatório mostra que só existe um depósito definitivo no país, localizado em Minas Gerais. Há ainda outros oito depósitos sem regulamentação e não existe uma solução definitiva para o lixo radioativo.

Dioclésio chama a atenção para o fato de que a CNEN não obedece as suas próprias regras, uma vez que existem instalações operando há mais de cinco anos e que têm licença apenas para funcionar na fase inicial de testes.

O assessor também destaca a questão da redução do raio da área de risco e da zona de exclusão e remoção de população em caso de acidentes. Em 1995 este raio foi reduzido de 15 km para 5 km, quando a tendência mundial é aumentar o diâmetro para 35 km. E completa com a informação de que não há controle das fontes radioativas no Brasil (estima-se que cerca de mil fontes estejam sem controle no país).

“A verdade é que não há transparência no programa nuclear brasileiro. Aqui, as atividades nucleares são tratadas como secretas. A sociedade, mesmo as populações que são afetadas diretamente pela atividade nuclear, não podem ter acesso a nenhum tipo de informação.”

O relatório também apresenta propostas para os problemas encontrados. “Não é mais uma questão de ser apenas contra ou a favor da energia nuclear. Ela está aí. Os moradores de Angra dos Reis sabem disso. Temos que pelo menos ter direito a informações sobre ela”, afirma Dioclésio.

Algumas das propostas do relatório são as seguintes: criar um órgão regulador independente; criar a carreira de auditor fiscal; tratar do acesso público às informações da área; criar um cadastro das fontes radioativas no país; atribuir responsabilidade a quem causa acidente nuclear; extinguir a pena de reclusão para quem se manifesta contra a atividade nuclear; estabelecer um sistema de monitoramento da saúde da população envolvida com a atividade nuclear e de moradores do entorno de uma usina nuclear.

O diretor da Fundação Heinrich Böll no Brasil, Thomas Fatheuer, presente no debate, traça um panorama sobre a energia nuclear na área internacional. Ele lembra que este tipo de energia tem voltado à pauta de discussões principalmente por conta do chamado Efeito Estufa, uma vez que a energia nuclear é “vendida” como uma energia limpa, que não causa poluição e tem baixo impacto ambiental, diferente do que acontece com as grandes hidrelétricas, por exemplo.

Ele lembra, no entanto, que são poucos os entusiastas das construções de novas usinas. “Hoje as usinas nucleares só se bancam com o Estado por trás. Não existem investidores dispostos a colocar bilhões de euros ou dólares em usinas nucleares. O custo é altíssimo e não existe retorno garantido.”

Thomas cita o exemplo da usina da Finlândia que é a única nova usina a ser construída na Europa inteira (a um custo de 3.2 bilhões de euros). “Mas muitos apostam que ela não vai ser construída. Por que? Porque usina nuclear não é negócio.”

Uma discussão que vem ganhando força na Europa e em outros países do mundo, essa sim, é a que o novo governo alemão tem levantado sobre uma mudança no cenário de saída da energia nuclear. Hoje se discute o aumento do uso da vida útil das usinas nucleares, sua ampliação, antes que sejam desativadas, uma vez que o custo maior é na sua construção e não na manutenção. Mas não se discute, entretanto, a construção de novas usinas, isso é um consenso mundial. E um dos pontos que levam a esse desinteresse é, além dos custos altos de construção da usina, o alto gastos da sua desconstrução. São gastos com saúde, com destituição de resíduos e com a desconstrução em si. São todos custos altíssimos e que, no entanto, não entram nos cálculos dos entusiastas da energia nuclear.

Tudo isso para dizer que, sim, a energia nuclear volta ao debate por conta da questão climática. No entanto, existem muitos outros fatores que depõem contra ela. Ela é uma energia perigosa, cara e suja e que pode muito bem ser substituída por outras fontes de energias renováveis.